

## Coluna do Castelo

O remanso depois  
de uma tempestade

O ministro Marcílio Marques Moreira mostrou que tem pelo menos nervos resistentes. Foi com eles que enfrentou a tempestade desencadeada pela especulação financeira na semana passada num teste decisivo para induzir Collor a não ceder às pressões para mudar a política monetária. O governo como um todo fixou uma linha de conduta e hoje já se sabe com certeza que não irá a novo choque nem flexibilizará os juros antes que obtenha os resultados que espera da atual política.

Tranquilidade e firmeza reforçaram a posição do governo, que transpôs um dos momentos de maior tensão com que já se depa-rou. Mantém-se a expectativa de que a vocação liberal e a linha ortodoxa afinal sustentada contra tudo e contra todos constituem a espinha dorsal de uma política que não se deixa perder pelo desafio de uma inflação crescente e aparentemente irreversível. A atual equipe não cedeu, como a anterior, e quer levar sua experiência até o fim. Como se sabe, esse é o clima do presidente Fernando Collor.

O desfecho da ofensiva que chegou ao paroxismo na semana passada com o descontrole dos preços dos ativos de risco — ouro e dólar — está refletido no discurso com que Alcides Tápias, do Bradesco, assumiu a presidência da Federação dos Bancos. Para Tápias os juros altos associados ao lançamento de novos títulos afastaram o risco da hiperinflação. No mesmo dia o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, atento crítico de políticas financeiras, afirmava que o projeto de reforma tributária mandado ao Congresso tranquiliza. Com ele o governo, disse Simonsen, está no caminho certo.

São palavras que ajudam o governo e contribuem para repor alguma serenidade no comportamento de um país intranquilo com o malogro de planos sucessivos de combate à inflação que não a suprimem nem a reduzem, antes a agravam, deixando sem perspectivas uma economia em recessão. Marcílio e sua equipe ainda não apresentam resultados estimulantes mas pelo menos deixaram claro que estão seguros do que fazem e jogam tudo no êxito das medidas adotadas para recondicionar a atividade econômico-financeira. A segurança da equipe pode infundir alguma segurança aos agentes da economia.

A consolidação da política do Ministério da Eco-



nomia estimulará provavelmente o presidente da República a manter inalterado seu projeto político, que preconiza o entendimento mas exclui a integração

no governo de forças que condicionam a participação à transferência de parcelas do poder. Collor haverá de pensar que assim como na economia a firmeza ajuda a vencer o mesmo poderá acontecer no terreno político. Os presidentes da Câmara e do Senado, que não estão na disputa de faixas do governo, estranham que o diálogo que lhes oferece o presidente até o momento seja apenas formal. Jamais Ibsen Pinheiro e Mauro Benevides tiveram acesso a conversas duradouras e pessoais nas quais as questões se examinam com mais liberdade.

O presidente da Câmara acha que, independentemente disso, o Congresso deve fazer força para dar ao governo ainda este ano pelo menos o ajuste fiscal constante de uma das emendas constitucionais propostas pelo presidente e que tramitam lentamente, dado o desinteresse das lideranças governistas. O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia, observou a propósito que o governo "não vaqueja" suas emendas, entregando-as à própria sorte. Apesar disso, Ibsen acha que é dever do Congresso dar essa ajuda à solução dos problemas econômico-financeiros.

Os presidentes da Câmara e do Senado estiveram em São Paulo para prestigiar a posse de Tápias na Febraban. Os dois e o líder Genebaldo Correia de lá saíram com o governador Luiz Antônio Fleury para jantar e conversar política. Fleury continua empenhado em elaborar projeto alternativo para oferecer como contribuição ao presidente Collor. Esse tipo de iniciativa, aliás, apesar da intenção generosa, não parece destinado a boa acolhida. Collor aparentemente continua a crer no seu próprio projeto. O que ele quereria de Fleury e dos demais governadores é apoio à sua ação para desobstruir os canais pelos quais tramitam seus projetos e suas propostas.

A boa convivência administrativa é coisa que ocorre independentemente de entendimento político, como acontece no caso do Rio de Janeiro, onde o governador Leonel Brizola recebe verbas e coopera com o governo sem jamais apoiar, ou sequer entender, os projetos com os quais Collor, se tiver êxito, poderá agravar nossas "perdas internacionais".

Carlos Castello Branco